

Notas e Informações

Os índices congelam os preços

Não se pode negar grande habilidade ao governo no seu propósito de convencer a opinião pública de que, sensível às críticas dirigidas a determinados aspectos do Plano Brasil Novo, optou finalmente pelo liberalismo ao liberar, anteontem, os preços de diversos produtos. Chegou mesmo a impressionar um liberal do porte do senador Roberto de Oliveira Campos, levando-o a vislumbrar, na Portaria nº 239, um grande passo à frente no caminho da liberação dos preços quando, na verdade, a grande maioria deles, agrupados em um índice (que nem sequer recebeu ainda uma qualificação), fica congelada.

Lamentamos não perfilar a impressão que o Planalto pretendeu impor à opinião pública (a qual, na realidade, não abandonou sua preferência pelo sistema de congelamento), por entendermos que a presente decisão das autoridades fazendárias não passa, efetivamente, de timido ensaio no campo da liberdade exigida pela situação.

Num lance de mágica, o governo mudou as modalidades de cálculo da inflação, substituindo o processo que obedecia à média pela avaliação, ponto a ponto, da evolução dos preços, assim instituindo, sem o declarar, um vetor de importância jamais assumida por qualquer plano anterior, e mais do que isso permanente por força de hábil jogo de dupla prefixação (para os salários e a prefixação dos preços).

A seguir, decidiu atribuir aos reajustes dos preços o valor zero, sem dar qualquer satisfação quanto às razões dessa decisão (que só se justificaria pela atração que exerce sobre o presidente Collor a inflação zero e pelo desejo de empolgar a opinião pública), chegando mesmo a reconhecer que em 15 de maio poderá registrar-se ligeira inflação.

A medida foi apresentada como uma liberação dos preços e salários, mas apresenta, desde logo, uma série de exceções que permitem comprovar que o congelamento (ou mais exatamente a prefixação em zero) continua existindo. A lista dessas exceções abrange nada mais menos que 60% dos produtos que deverão figurar no cálculo do índice a ser divulgado em 15 do corrente para aferição da inflação. Assim, atribui-se o Planalto grande margem de êxito e, seguindo exemplo já bastante consolidado em nossa política econômica, medirá a evolução dos preços pelo seu valor congelado.

Encabeçam o rol das exceções "os bens e serviços considerados básicos ao

consumo e uso da população", isto é, os preços tabelados pela Sunab, essencialmente os produtos alimentícios. Os supermercados estão sentindo cada vez mais a pressão dos fornecedores para obter reajustes que levem o varejo a não ter margem de lucros na venda desses produtos. Logo se verificará o desaparecimento dessas mercadorias nas prateleiras das lojas.

Não podiam faltar na lista dos produtos congelados aqueles, farmacêuticos, para uso humano. Receberam estes, sempre, os favores da Sunab, o que nos permite dispor dos produtos farmacêuticos mais baratos do mundo, mas também suportar um atraso ainda pior do que aquele que se registra na informática, quanto à introdução de novos medicamentos. Sabendo-se que tais produtos são compostos, em grande parte, por insumos importados, e que a taxa cambial não apresenta estabilidade desde o Plano Brasil Novo, pode-se perguntar como poderão os laboratórios, já com preços desfasados, acumular perdas?

Desde a gestão do ex-ministro Francisco Dornelles, sabe-se que a melhor maneira de combater a inflação é manter, congeladas, as tarifas dos serviços e preços públicos. Por essa razão, assim ficarão, o que certamente não incentivará a privatização de empresas de energia elétrica e usinas siderúrgicas. É verdade que a portaria não elimina um eventual reajuste o qual, ao que esperamos, será estudado segundo novos critérios que levem em conta não apenas a necessidade de favorecer uma privatização como também uma remuneração adequada do capital aplicado (no qual se deve incluir o ônus do serviço da dívida interna e externa).

A campanha do presidente Collor de Mello contra a indústria automobilística deveria concretizar-se por um congelamento, ainda que o peso dos seus produtos não seja muito significativo na composição dos índices. Estando o setor de autopeças liberado, podem as montadoras, desde já, preparar-se para duras lutas com seus fornecedores... Outros setores oligopolísticos (cimento e vidro plano) foram incluídos na lista das exceções. O menos que se pode dizer é que o governo não acredita muito na força de regulação dos preços através das importações, estas anunciamadas com tanta publicidade no que tange ao cimento e aos automóveis...

Geladeiras, máquinas de lavar (as últimas não nos parecem um produto básico de consumo no Brasil), fogões e televisores (estes certamente em função da Copa do Mundo) foram incluídos na lista dos

congelados. Sabe-se hoje que há forte demanda desses produtos, o que poderia provocar uma pressão altista. Perguntamos apenas se não teria sido mais racional limitar os prazos de financiamento para impor disciplina aos preços. Na realidade, no que toca a tais produtos, seria fácil respeitar o congelamento com a supressão dos descontos surgidos logo depois do Plano...

A agricultura foi contemplada com o congelamento de implementos agrícolas e fertilizantes: só esperamos que isso não impeça a produção desses produtos, os quais, diante das atuais dificuldades nas vendas, vêm sendo oferecidos com desconto ou grandes facilidades de crédito que seguramente deverão desaparecer.

Não serão muito injustas nossas críticas quando se verifica que todos os outros produtos — desde que não figurem nos índices de preços — foram liberados, o que mostra que o governo se sente capacitado a correr tal risco, acreditando na força da sua política monetária restritiva destinada a impedir altas injustificadas. Trata-se aliás da única intervenção do Estado, que nos parece razoável, para controlar os preços.

Cumpre porém advertir desde logo os que acreditam no liberalismo do governo de que a liberdade dos preços será muito relativa, será uma liberdade altamente vigiada, a mostrar, claramente, que este governo não acredita nos mecanismos do mercado ou pelo menos na eficácia da sua política monetária tendente a acabar com nossa cultura inflacionista. A Sunab continuará a pesquisar a evolução de todos os preços, inclusive dos liberados. As empresas do setor de bens de capital, as indústrias do segmento agrícola e empresas públicas deverão remeter ao Departamento de Abastecimento de Preços um conjunto de informações sobre evolução de custos, margem de lucros e preços praticados. O governo promoverá um cruzamento com os dados internacionais, a fim de verificar se deve ou não favorecer as importações. Se houver abusos, lançará mão de auditoria para investigar a empresa...

Nunca teve o Brasil uma economia tão socializada como agora: esta é a verdade. Longe de uma liberação dos preços, temos na verdade um fortalecimento da intervenção que nos parece indicar que o governo pouco crê na eficácia do seu controle monetário e na possibilidade de redução do déficit público. O Brasil Novo nos parece, ao contrário, uma volta ao passado, a tempos pregressos hoje abandonados por todos os países socialistas.